



investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025, a Companhia de Gás de São Paulo - Comgás (B3: CGAS3 e CGAS5), divulga seus resultados referentes ao ano de 2024. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em IFRS e comparadas ao ano 2023 ou conforme indicado.

Mensagem da Administração

Ultrapassamos a marca de 2,6 milhões de clientes em nossa base ao fim de 2024, com incremento de 5,8% em relação ao ano anterior. O volume em 2024 apresentou um aumento de 2,0%, explicado pelo acréscimo de consumo nos segmentos Industrial, Comercial, Residencial e Termogeração, que foi parcialmente compensado pela queda de volume dos segmentos de Cogeração e Automotivo. O volume do segmento Industrial representou 81,3% do total distribuído em 2024 e um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior, principalmente pela adição de novos clientes e retomada de alguns setores como o cerâmico e o metalúrgico. O segmento Comercial apresentou aumento o volume na ordem de 4,0% frente ao ano de 2023, principalmente devido a um maior consumo de grandes clientes, com destaque para o setor gastronômico, de supermercados e shoppings. O segmento Residencial apresentou volume 2,4% maior em relação ao ano de 2023, devido ao efeito positivo de comportamento em relação ao ano anterior. O segmento Automotivo (GNV) em 2024 apresentou uma queda no volume de 21,9% em comparação ao ano anterior, devido a uma menor competitividade frente aos demais combustíveis, principalmente em veículos leves. O segmento de Cogeração, apresentou uma queda de 29,2% impactado principalmente pela redução nas atividades de grandes clientes no período. A receita líquida da Companhia atingiu R\$ 15,4 bilhões no acumulado do ano, 1,9% maior que em 2023, devido ao aumento de volume distribuído e aumento da base de clientes. O EBITDA apresentou crescimento de 6,7% no ano totalizando R\$ 3,7 bilhões, reflexo principalmente de melhor mix de vendas entre os segmentos. Já os investimentos totalizaram R\$ 1,5 bilhão ao longo do ano, incremento de 3,7%, em linha com o plano de investimentos da Companhia. Encerramos o exercício com alavancagem de 1,80x, reflexo da posição de endividamento e da distribuição de dividendos realizados em 2024 no montante de R\$ 2,7 bilhões.

Sumário das Informações Financeiras

RS Mil	2024	2023	2024 x 2023
Total de clientes	2.683.924	2.536.259	5,8%
Volume (mil m³)	4.252.793	4.170.855	2,0%
EBITDA	3.726.899	3.492.271	6,7%
Resultado do período	1.792.464	1.408.787	27,2%
CAPEX	1.533.883	1.479.418	3,7%
Dívida líquida	6.709.347	4.598.706	45,9%
Alavancagem	1,80x	1,32x	0,48x
Volume (mil m³)	2024	2023	2024 x 2023
Residencial	323.025	315.380	2,4%
Comercial	154.723	148.729	4,0%
Industrial	3.457.786	3.277.125	5,5%
Cogeração	193.442	273.241	-29,2%
Automotivo	121.502	155.517	-21,9%
Termogeração	2.315	863	168,3%
Volume	4.252.793	4.170.855	2,0%
mm³/dia	11,7	11,4	2,6%

Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução 162/22, a Companhia informa que a empresa de auditoria BDO RCS Auditores Independentes responsável pela auditoria das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024, não foi contratada para prestar serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2024.

BALANÇO PATRIMONIAIS

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos				Passivos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.188.418	1.845.136	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.638.128	1.165.556
Títulos e valores mobiliários	6	1.022.247	794.978	Passivo de arrendamentos		8.128	7.910
Contas a receber de clientes	7	1.387.974	1.298.314	Instrumentos financeiros derivativos		-	63.184
Instrumentos financeiros derivativos	14	99.173	20.116	Fornecedores	18	1.156.722	1.302.119
Estoques		149.260	142.120	Ordenados e salários a pagar		110.569	115.581
Receiváveis de partes relacionadas	8	5.354	222	Imposto de renda e contribuição social correntes		121.959	293.499
Outros tributos a recuperar	9	146.742	222.572	Outros tributos a pagar		194.389	155.570
Ativos financeiros setoriais	10	208.173	188.343	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22 b)	1.065	332.326
Outros ativos		70.239	121.644	Pagáveis a partes relacionadas	8	223.829	11.585
Ativo circulante		5.277.580	4.633.445	Outros passivos financeiros		132.999	133.937
Contas a receber de clientes	7	9.065	24.805	Passivos financeiros setoriais	10	64.718	70.013
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	160.617	318.212	Outras provisões		22.941	226.160
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	19	19.855	59.805	Passivo circulante		3.675.447	3.877.440
Outros tributos a recuperar	9	116.091	83.838	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	8.151.073	5.812.535
Depósitos judiciais	20	137.380	40.892	Passivo de arrendamentos		27.761	32.827
Instrumentos financeiros derivativos	14	186.195	120.529	Instrumentos financeiros derivativos	14	380.290	297.453
Outros ativos		424.385	28.953	Provisão para demandas judiciais	20	70.413	45.516
Ativos financeiros setoriais	10	509.695	341.695	Ordenados e salários a pagar		7.954	-
Intangível	11	7.764.444	7.099.770	Obrigações de benefício pós-emprego	21	376.606	442.164
Ativos de contrato	12	945.415	939.902	Passivos financeiros setoriais	10	1.749.274	1.532.364
Direito de uso		40.771	46.988	Outros passivos		18.812	4.361
Ativo não circulante		10.313.913	9.105.389	Passivo não circulante		10.782.183	8.167.220
				Total do passivo		14.457.630	12.044.660
				Patrimônio líquido	22		
				Capital social		536.315	536.315
				Reservas de capital		1.201	(46.851)
				Reservas de reavaliação		5.761	5.761
				Outros resultados abrangentes		(11.646)	(62.948)
				Reservas de lucros		602.232	1.261.897
				Total do patrimônio líquido		1.133.863	1.694.174
Total do ativo		15.591.493	13.738.834	Total do passivo e patrimônio líquido		15.591.493	13.738.834

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	23	15.443.193	15.158.674
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(12.122.087)	(11.926.244)
Resultado bruto		3.321.106	3.232.430
Despesas de vendas	24	(135.406)	(127.105)
Despesas gerais e administrativas	24	(299.193)	(295.684)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	186.948	106.838
Despesa operacional		(247.651)	(315.951)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		3.073.455	2.916.479
Despesas financeiras		(833.373)	(1.321.730)
Receitas financeiras		569.227	881.669
Variação cambial líquida		(483.683)	144.191
Derivativos		309.224	(481.252)
Resultado financeiro líquido	26	(438.605)	(777.095)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.634.850	2.139.384
Corrente		(711.220)	(893.801)
Diferido		(131.166)	163.204
Imposto de renda e contribuição social	19	(842.386)	(730.597)
Resultado líquido do exercício		1.792.464	1.408.787
Resultado básico por ação - em Reais:	27		
Ordinárias		13,2396	10,4057
Preferenciais		14,5636	11,4462
Resultado diluído por ação - em Reais:	27		
Ordinárias		13,2396	10,3999
Preferenciais		14,5636	11,4399

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício		1.792.464	1.408.787
Outros resultados abrangentes para o resultado:			
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	21	77.731	24.203
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos		(26.429)	(8.229)
Total		1.843.766	1.424.761

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.634.850	2.139.384
Ajustes para:			
Amortizações	24	653.444	575.792
Resultado nas baixas de ativos intangíveis	25	58.971	30.192
Transações com pagamento baseado em ações	28	-	5.002
Provisão para demandas judiciais e parcelamentos tributários	25	39.740	6.637
Juros, variações monetárias, líquidos		(107.030)	399.919
Juros sobre dívida, derivativos e variações cambiais, líquidos	13	729.393	626.770
Provisão de bônus e participação no resultado		70.351	52.241
Atualização do ativo financeiro da concessão		(41.764)	-
Perdas de crédito esperadas	7	16.994	10.630
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	10	(48.624)	(157.412)
Reversão de provisões diversas		(182.207)	-
Outros		10.929	14.029
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais		3.835.047	3.703.184
Varição em:			
Contas a receber de clientes		(51.470)	344.098
Estoques		(18.071)	(32.289)
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos, líquidos		(742.849)	(316.821)
Fornecedores e outros passivos financeiros		(141.900)	(186.426)
Partes relacionadas		208.487	943
Ordenados e salários a pagar		(67.410)	(49.234)
Benefícios pós-emprego		(31.099)	(26.931)
Outros ativos e passivos, líquidos		(109.143)	(4.796)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		2.881.592	3.431.728
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Compra de títulos e valores mobiliários		(127.751)	(159.280)
Caixa recebido na venda de outros ativos		1.496	4.637
Adições ao intangível e ativos de contrato		(1.502.513)	(1.499.753)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.628.768)	(1.654.396)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	3.702.814	1.338.051
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(1.166.499)	(1.547.820)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(374.252)	(337.668)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(355.584)	(459.378)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		27.658	284.728
Amortização de principal sobre arrendamentos		(4.994)	(4.092)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(3.347)	(3.556)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	22 b)	(2.735.338)	(430.120)
Pagamento de remuneração baseada em ações		-	(13.597)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(909.542)	(1.173.452)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		343.282	603.880
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.845.136	1.241.256
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.188.418	1.845.136
Informação complementar			
Impostos de renda e contribuição social pagos		(817.231)	(182.012)
Transações que não envolvem caixa			
(i) Aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R\$ 195.670 (R\$ 149.214 em 31 de dezembro de 2023), notas 11 e 12.			
(ii) Reconhecimento de direito de uso no montante de R\$ 174 (R\$ 2.067 em 31 de dezembro de 2023), relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil.			
Apresentação de juros			
Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores imobiliários, assim como, os juros pagos sobre ativos de contrato são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.			
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.			

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

* continuação				DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO		
				(Em milhares de Reais)		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas					5.232.937	5.235.898
Receitas de vendas de gás		17.388.982	16.864.085			
Receitas na prestação de serviços, penalidades e outros	23	465.749	618.725			
Perda de créditos esperada	7	(16.994)	(10.630)			
Receita de construção	23	1.451.629	1.357.613			
Outras receitas operacionais, líquidas	25	186.948	91.896			
Total		19.476.314	18.921.689			
Custos e despesas					2.275.050	2.027.434
Custo do gás e transportes		(12.307.608)	(12.228.165)			
Custo dos serviços prestados		(48.119)	(53.632)			
Custo de construção	24	(1.451.629)	(1.357.613)			
Materiais, serviços e outras despesas		(351.804)	(352.258)			
Total		(14.159.160)	(13.991.668)			
Valor adicionado bruto		5.317.154	4.930.021			
Retenções					1.119.882	1.052.210
Amortizações	24	(653.444)	(575.792)			
Total		(653.444)	(575.792)			
Valor adicionado líquido gerado		4.663.710	4.354.229			
Valor adicionado recebido em transferência						
Receitas financeiras	26	569.227	881.669			
Total		569.227	881.669		5.232.937	5.235.898

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores das categorias industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, e está registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Compass") por meio da participação direta de 99,14% do capital social. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final. O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), e prorrogado até 30 de maio de 2049, mediante assinatura do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021. **1.1 Revisão Tarifária Quinquenal:** Em 6 de setembro de 2024, a Companhia foi informada pela ARSESP, por meio da Deliberação nº 1.551 de 4 de setembro de 2024, acerca do cronograma atualizado do 5º processo de Revisão Tarifária Quinquenal. De acordo com a referida deliberação, a revisão, que estava prevista para ser concluída até 10 de dezembro de 2024, conforme estipulado no 7º aditivo contratual assinado em 01 de outubro de 2021, será finalizada até 4 de junho de 2025. A Deliberação também prevê que os ajustes compensatórios relacionados ao atraso serão calculados e aplicados na conclusão do processo de revisão. Adicionalmente, em 9 de dezembro de 2024, a ARSESP emitiu a Nota Técnica nº SEI-0048454038, que estabeleceu novos critérios para a mensuração da Base de Remuneração Regulatória (BRR). Além de servir como componente tarifário, a BRR passou a ser utilizada pelo Poder Concedente como referência para a valoração e remuneração do ativo indenizável ao término da concessão. Diante dessa nova diretriz regulatória, a Companhia revisou a mensuração do ativo financeiro indenizável, ajustando sua estimativa conforme os critérios definidos na Nota Técnica. Com isso, o saldo do ativo financeiro indenizável, registrado no balanço patrimonial da Companhia na rubrica "Outros ativos" no longo prazo, passa a ser corrigido monetariamente, e a variação decorrente dessa atualização passa a compor a "Receita operacional líquida".

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas (CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2025.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo. **3.1 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome caixa. **3.2 Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: i. Nota 7 - determinação do montante de receita não faturada e da provisão para perdas de crédito esperadas; ii. Nota 10 - determinação do volume e preços da molécula de gás para apuração dos ativos e passivos financeiros setoriais; iii. Nota 11 - avaliação da recuperação do intangível; iv. Nota 15 - determinação das premissas não observáveis utilizadas na mensuração de valor justo; v. Nota 17 - determinação das premissas de projeção dos compromissos futuros dos contratos de concessão; vi. Nota 19 - determinação das premissas utilizadas nas projeções de resultado utilizadas para avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos; vii. Nota 20 - determinação da probabilidade de perda e valor das provisões para demandas judiciais; viii. Nota 21 - determinação das premissas para apuração das obrigações de benefício pós-emprego; **3.3 Informação por segmento:** A Companhia adota como base o CPC 22 (Informações por Segmento), inspirado no IFRS 8, o qual requer a divulgação de informações financeiras por segmentos operacionais. Conforme avaliação da Administração, a Companhia atua em uma única atividade operacional de forma integrada e homogênea, com foco exclusivo na distribuição de gás natural dentro de uma única região geográfica, no Estado de São Paulo. No exercício de suas atividades, a Companhia atende a dois tipos de mercados principais: clientes cativos, que são atendidos em condições reguladas pela Agência Reguladora (ARSESP), incluindo tarifas e condições contratuais padronizadas, e clientes livres, que possuem maior flexibilidade na negociação de contratos de suprimento, devido à possibilidade de escolha de seus fornecedores de gás natural, também nas condições estabelecidas pela ARSESP. Apesar dessa distinção entre os perfis de clientes, as operações da Companhia são conduzidas de forma integrada, sem a existência de unidades de negócio separadas ou segmentos operacionais que atendam aos critérios estabelecidos pelo CPC 22, tais como a geração de receitas e despesas separadas, avaliação de performance por CODM (*Chief Operating Decision Maker*) ou a apresentação de informações financeiras individualizadas. Dessa forma, a Companhia conclui que não possui segmentos reportáveis, não havendo informações adicionais a serem divulgadas em conformidade com o CPC 22.

4 Ativos e passivos financeiros

Política contábil: A classificação dos ativos e passivos financeiros é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial, os ativos financeiros e passivos financeiros são mensurados ao seu valor

justo acrescidos ou deduzidos de eventuais custos de transação. A mensuração subsequente será conforme a classificação dada: a) Custo amortizado: juros e eventuais perdas de crédito esperadas reconhecidos no resultado. b) Valor Justo pelo Resultado (VJR): valor justo reconhecido no resultado. c) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Quando há modificação do passivo, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, o passivo anterior será baixado e um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.147.540	895.454
Contas a receber de clientes	7	1.397.039	1.323.119
Receíveis de partes relacionadas	8	5.354	222
Ativos financeiros setoriais	10	717.868	530.038
Total		3.267.801	2.748.833
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.040.878	949.682
Títulos e valores mobiliários	6	1.022.247	794.978
Instrumentos financeiros derivativos	15	285.368	140.645
Total		2.348.493	1.885.305
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.930.424)	(958.975)	
Passivos de arrendamentos	(35.889)	(40.737)	
Fornecedores	18	(1.156.722)	(1.302.119)
Pagáveis a partes relacionadas	8	(223.829)	(11.585)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22 b)	(1.065)	(332.326)
Outros passivos financeiros		(132.999)	(133.937)
Parcelamento de débitos tributários		(4.674)	(5.219)
Passivos financeiros setoriais	10	(1.813.992)	(1.602.377)
Total		(5.299.594)	(4.387.275)
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	(7.858.777)	(6.019.116)
Instrumentos financeiros derivativos	15	(380.290)	(360.637)
Total		(8.239.067)	(6.379.753)
Total		(13.538.661)	(10.767.028)

(i) O prazo de pagamento destas operações é de até 90 dias. A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A Companhia não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor, assim como não recebe nenhum benefício por parte do banco nessa operação.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil: São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento		
Bancos conta movimento	214.704	71.839
Total	214.704	71.839
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas (i)	1.040.878	949.682
Total	1.040.878	949.682
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDBs (ii)	932.836	823.615
Total	932.836	823.615
Total	2.188.418	1.845.136

(i) Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado.

(ii) Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos diversos, liquidez e/ou carência limitada a 90 dias, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado.

As aplicações financeiras da Companhia são rentabilizadas a taxas próximas de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6 Títulos e valores mobiliários

Política contábil: São mensurados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento superior a três meses e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em fundos de investimento		
Títulos públicos	1.022.247	794.978
Total	1.022.247	794.978

Títulos públicos possuem taxa de juros atrelada ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") com a rentabilidade equivalente a aproximadamente 100% do CDI e vencimento entre dois e cinco anos, com liquidez diária.

7 Contas a receber de clientes

Política contábil: As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para mensurar as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2024	31/12/2023
Contas de gás a receber	707.064	694.355
Receita não faturada (i)	776.752	706.650
Outros	5.943	9.932
Total	1.489.759	1.410.937
Perdas de créditos esperadas	(92.720)	(87.818)
Total	(92.720)	(87.818)
Total	1.397.039	1.323.119
Circulante	1.387.974	1.298.314
Não circulante	9.065	24.805
Total	1.397.039	1.323.119

(i) A receita não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo, estimada e registrada no balanço para fins de competência.

Em 06 de março, 05 de junho e 05 de setembro de 2024, foram emitidas as deliberações ARSESP nº 1.504, nº 1.528 e nº 1.555 com vigências a partir de 10 de março, 10 de junho e 10 de setembro de 2024, estabelecendo acréscimo nas tarifas médias ponderadas de 5,68%, redução tarifária média ponderada de 0,71% e acréscimo na tarifa média ponderada de 0,01%, respectivamente, para todas as categorias de clientes, com exceção do residencial e comercial, que possuem reajustes anuais. Em 06 de dezembro de 2024, foi emitida a deliberação nº 1.613 com vigências a partir de 10 de dezembro, estabelecendo acréscimo de tarifa média ponderada de 4,33% para todas as categorias de clientes, exceto residencial e comercial que tiveram redução tarifária média ponderada de 1,07%.

A composição das contas a receber por intervalo de vencimento é a seguinte:

	31/12/2024	Perda esperada	31/12/2023	Perda esperada
A vencer	1.286.284	(2.538)	1.255.568	(2.532)
Vencíveis:				
Até 30 dias	91.773	(1.148)	49.625	(886)
De 31 a 60 dias	10.575	(1.227)	10.602	(1.191)
De 61 a 90 dias	7.636	(1.664)	6.074	(1.329)
De 91 a 180 dias	12.246	(5.080)	12.336	(5.148)
Mais 180 dias	81.063	(81.063)	76.732	(76.732)
Total	1.489.759	(92.720)	1.410.937	(87.818)

As variações nas perdas de créditos esperadas de contas a receber são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022		(87.812)
(Adições)/Reversões		(10.630)
Baixas		10.624
Saldo em 31 de dezembro de 2023		(87.818)
(Adições)/Reversões		(16.994)
Baixas		12.092
Saldo em 31 de dezembro de 2024		(92.720)

8 Partes relacionadas

a) Recebíveis/Pagáveis a partes relacionadas:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Operações comerciais		
Raizen S.A. e suas controladas	72	211
Edge Comercialização S.A.	5.263	-
Total	5.335	211
Operações contratuais		
Compass Gás e Energia S.A.	19	-
Raizen S.A. e suas controladas	-	11
Total	19	11
Total do ativo circulante	5.354	222
Passivo circulante		
Operações comerciais		
Necta Gás Natural S.A.	3.063	2.520
Edge Comercialização S.A.	216.175	-
Total	219.238	2.520
Operações contratuais		
Raizen S.A. e suas controladas	4.427	9.060
Cosan S.A.	-	5
Rumo S.A. e suas controladas	164	-
Total	4.591	9.065
Total do passivo circulante	223.829	11.585

b) Transações com partes relacionadas:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional (i)		
Raizen S.A. e suas controladas	1.132	3.541
Necta Gás Natural S.A.	-	139
Elevações Portuárias S.A.	1.170	397
Total	2.302	4.077
Compra de gás (ii)		
Edge Comercialização S.A.	1.532.569	-
Necta Gás Natural S.A.	32.455	40.188
Total	1.565.024	40.188

Receitas (despesas) recobradas e outros efeitos

	31/12/2024	31/12/2023
Edge Comercialização S.A. (iii)(iv)	45.876	348.922
Raizen S.A. e suas controladas (i)	(20.985)	(18.750)
Compass Gás e Energia S.A. (ii)	(22.189)	(16.815)
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. (iii)	30	(3.330)
Commit Gás S.A. (iii)	(918)	(1.851)
Rumo S.A. e suas controladas (ii)	988	(1.553)
Necta Gás Natural S.A. (iii)	(83)	(369)
Sulgás - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (ii)	(43)	-
Cosan S.A. (ii)	12	176
Elevações Portuárias S.A. (ii)	-	20
Total	2.688	306.450

Resultado financeiro



investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)									
31/12/2024		31/12/2023							
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS)	261.171	284.766							
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	1.218	20.411							
Programa de Integração Social (PIS)	249	1.150							
Outros	195	83							
Total	262.833	306.410							
Circulante	146.742	222.572							
Não circulante	116.091	83.838							
Total	262.833	306.410							
10 Ativos e passivos financeiros setoriais									
Política contábil: Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas deliberações/resoluções emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia. Conforme disposto na Deliberação nº 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados à Companhia ou devolvidos aos usuários no encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário. Ainda, tal deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, que acumula valores relativos a créditos tributários aproveitados pela Companhia, mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa. A movimentação dos ativos e passivos financeiros setoriais líquido foi a seguinte:									
	Ativo financeiro setorial	Passivo financeiro setorial		Total					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	321.899	(1.469.125)		(1.147.226)					
Custo de gás ^(iv)	43.116	–		43.116					
Créditos tributários ^(v)	–	(2.594)		(2.594)					
Juros e atualização monetária ^(vi)	48.133	(130.658)		(82.525)					
Diferimento do IGP-M ^(vii)	116.890	–		116.890					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	530.038	(1.602.377)		(1.072.339)					
Custo de gás ^(iv)	(3.084)	–		(3.084)					
Créditos tributários ^(v)	–	(65.710)		(65.710)					
Juros e atualização monetária ^(vi)	73.496	(145.905)		(72.409)					
Diferimento do IGP-M ^(vii)	117.418	–		117.418					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	717.868	(1.813.992)		(1.096.124)					
Circulante	208.173	(64.718)		143.455					
Não circulante	509.695	(1.749.274)		(1.239.579)					
	717.868	(1.813.992)		(1.096.124)					
⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que as deliberações da ARSESP preveem recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes;									
⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se ao valor líquido de créditos tributários no exercício;									
⁽ⁱⁱⁱ⁾ Atualização monetária sobre a conta corrente de custo de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC;									
^(iv) Apropriação do diferimento do IGP-M para as categorias de clientes residencial e comercial, reconhecidos no ativo não circulante, conforme DF nº 1.162 de 26 de maio de 2021 e 7º Termo Aditivo do Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021.									
^(v) Inclui os efeitos de R\$ 2.388 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 177.414 em 31 de dezembro de 2023), referentes aos valores redistribuídos aos consumidores (vide nota 9.d).									
Diante da audiência pública realizada pela ARSESP em 9 de janeiro de 2023, relacionada à devolução dos créditos de PIS/COFINS aos clientes da Companhia, provenientes da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, a Companhia e demais membros da sociedade apresentaram relevantes contribuições a serem analisadas pela agência reguladora. Atualmente, conforme a Deliberação nº 1.634, de 16 de janeiro de 2025, o prazo para disponibilização do Relatório Circunstanciado é até 20 de maio de 2025. Assim, até que as análises dessas contribuições sejam concluídas pela agência reguladora, o tema permanece em aberto, sem definição quanto aos próximos passos, o que, por sua vez, não gera impacto nas demonstrações financeiras.									
11 Ativos intangíveis									
Política contábil: Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão: A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível. Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes necessários para a distribuição de gás, como por exemplo a tubulação, são amortizados por sua vida útil estimada ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão. A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados. A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura. Os ativos da Companhia cuja vida útil exceder o prazo do contrato de concessão têm a parcela correspondente ao excedente reconhecida como um ativo financeiro, corrigido monetariamente, por representar um direito a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Fidelização de clientes: Investimentos realizados no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato. Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que a Administração entende que os respectivos ativos estão em condições ideais para serem utilizados. Conforme definido nas deliberações ARSESP nº 1.137 de 05 de março de 2021, 1.372 de 29 de dezembro de 2022 e 1.487 de 12 de janeiro de 2024, devem compor o intangível de concessão as classes de ativos apresentados na tabela abaixo, e para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil estimada, e a Companhia utiliza essas mesmas vidas úteis deliberadas pelo órgão regulador para amortização, pois em avaliação concluiu que as vidas úteis estão consistentes com a vida útil real de cada classe de ativos, como segue:									
Edificações e benfeitorias	2% a 5%								
Fidelização de clientes	20% a 50%								
Máquinas e equipamentos	3,33% a 20%								
Tubulações	3,33% a 4%								
Veículos	20%								
Outros	10% a 20%								
A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. Redução ao valor recuperável dos ativos: A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de <i>impairment</i> para os ativos com vida útil definida, e é realizado teste quantitativo apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado são estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.									
12 Ativos de contrato									
Política contábil: Os ativos do contrato representam obras em andamento vinculadas à concessão de distribuição de gás. São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados em contrapartida a receita de construção. Até que os ativos de contrato entrem em operação e possam ser considerados na base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão, os valores representam um direito contratual de recebimento em dinheiro do Poder Concedente. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis dentro do prazo do contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis, enquanto a parte amortizável que excede o prazo do									
Os termos e condições dos empréstimos são os seguintes:									
Descrição	Encargos financeiros	Indexador	Taxa anual de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Objetivo		
Com garantia ⁽ⁱⁱ⁾									
BNDES									
Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%		9,15%	88.477	112.946	abr/2029		Investimento	
Projeto VIII	IPCA + 3,25%	1.318.110	8,26%	1.318.110	1.547.663	jun/2034		Investimento	
Projeto IX - Sub A	IPCA + 5,74%	1.027.665	10,87%	1.027.665	893.811	dez/2036		Investimento	
Projeto IX - Sub B	IPCA + 6,01%	295.695	11,15%	295.695	304.276	dez/2036		Investimento	
Total				2.729.947	2.858.696				
Sem garantia									
Resolução 4.131									
Scotiabank 2021	USD + 1,36%	–	1,36%	–	362.774	fev/2024		Gerenciamento de capital	
Scotiabank 2022	USD + 2,13%	1.245.669	2,13%	1.245.669	943.486	fev/2025		Gerenciamento de capital	
Scotiabank 2023	USD + 4,04%	926.262	4,04%	926.262	734.191	mai/2026		Gerenciamento de capital	
Debêntures									
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	–	12,57%	41.436	80.960	dez/2025		Investimento	
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	–	–	–	554.148	out/2024		Investimento	
7ª emissão - série única	IGP-M + 6,10%	382.837	13,04%	382.837	359.640	mai/2028		Gerenciamento de capital	
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	512.946	10,22%	512.946	550.342	ago/2031		Investimento	
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	466.173	10,32%	466.173	533.854	ago/2036		Investimento	
10ª emissão - série única	CDI + 0,80%	1.547.587	13,05%	1.547.587	–	mar/2029		Gerenciamento de capital	
11ª emissão - 1ª série	IPCA + 6,38%	685.420	11,54%	685.420	–	jul/2034		Investimento	
11ª emissão - 2ª série	IPCA + 6,45%	662.782	11,61%	662.782	–	jul/2039		Investimento	
12ª emissão - série única	IPCA + 7,17%	588.142	12,37%	588.142	–	dez/2036		Investimento	
Total				7.059.254	4.119.395				
Total				9.789.201	6.978.091				
Circulante				1.638.128	1.165.556				
Não circulante				8.151.073	5.812.535				
Total				9.789.201	6.978.091				
⁽ⁱ⁾ Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas se encontram apresentadas na nota 14.									
⁽ⁱⁱ⁾ Dívidas garantidas pela possibilidade de retenção de recursos recebidos de seus clientes por meio de conta vinculada, em caso de inadimplência do pagamento.									
Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:									
	31/12/2024	31/12/2023							
1 a 2 anos	1.335.250	1.194.493							
2 a 3 anos	412.325	1.121.908							
3 a 4 anos	412.370	390.244							
4 a 5 anos	1.972.540	390.289							
5 a 6 anos	469.880	451.664							
6 a 7 anos	381.852	445.438							
7 a 8 anos	270.586	426.269							
Acima de 8 anos	2.896.270	1.392.230							
Total	8.151.073	5.812.535							
Os valores contábeis de empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:									
	31/12/2024	31/12/2023							
Reais	7.617.270	4.937.643							
Dólar ⁽ⁱ⁾	2.171.931	2.040.451							
Total	9.789.201	6.978.091							
⁽ⁱ⁾ Em 31 de dezembro de 2024, todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos possuíam proteção contra risco cambial por meio da contratação de derivativos (Nota 14).									
Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024:									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.980.640								
Captações	1.338.051								
Amortização de principal	(1.547.820)								
Pagamentos de juros	(337.668)								
Pagamento de juros sobre obras em andamento	(81.882)								
Juros, variação cambial e valor justo	626.770								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.978.091								
Captações	3.702.814								
Amortização de principal	(1.166.499)								
Pagamentos de juros	(374.252)								
Pagamento de juros sobre obras em andamento	(80.346)								
Juros, variação cambial e valor justo	729.393								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.789.201								
Linhas de créditos não utilizadas: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos, que não foram utilizadas, no valor aproximado de R\$ 140.000 (R\$ 337.000 em 31 de dezembro de 2023). O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais. Cláusulas restritivas ("Covenants"): Alguns contratos relacionados às dívidas determinam a observância de certos índices financeiros (<i>financial covenants</i>) conforme abaixo:									
Dívida BNDES	Meta	Índice em 31/12/2024							
Resolução 4131	Dívida onerosa líquida/LAJIDA								
Debêntures 4ª emissão a 12ª emissão	não poderá ser superior a 4,00	1,80							
	Endividamento de curto prazo/Endividamento total não poderá ser superior a 0,6	0,16							
			31/12/2024	31/12/2023					
Dívida onerosa líquida ⁽ⁱ⁾			6.709.347	4.598.706					
LAJIDA ⁽ⁱⁱ⁾			3.726.899	3.492.271					
(=) Dívida líquida/LAJIDA			1,80	1,32					
			31/12/2024	31/12/2023					
Endividamento de curto prazo (líquido de derivativos)			1.547.083	1.216.534					
Endividamento total (líquido de derivativos) ⁽ⁱⁱⁱ⁾			9.920.012	7.238.820					
(=) Endividamento de curto prazo/Endividamento total			0,16	0,17					
⁽ⁱ⁾ "Dívida onerosa líquida" consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, passivos de arrendamentos circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e líquido de operações derivativos;									
contrato de concessão é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente.									
Valor de custo:	Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.031.391							
Adições	24	1.357.613							
Transferência para ativo intangível		(1.449.102)							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	939.902								
Adições	24	1.451.629							
Transferência para ativo intangível		(1.446.116)							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	945.415								
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram adicionados R\$ 126.771 nos ativos de contrato gerados internamente (R\$ 119.260 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Compromissos de investimento: A Companhia assumiu compromissos de longo prazo em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (expansão, melhorias e manutenções) a serem realizados até a finalização do prazo da concessão, a ocorrer em 30 de maio de 2049. Os valores dos investimentos, para projetos de expansão e suporte operacional são de, aproximadamente R\$ 31 bilhões, além de investimentos em suporte administrativo, com previsão de desembolso de cerca de R\$ 4,5 bilhões, valores atualizados para moeda de dezembro de 2024. Considerando que o contrato de concessão prevê uma regulação por incentivo, definindo-se a cada ciclo quinzenal um plano de negócios eficiente à luz de uma taxa de retorno de capital adequada, definida à época, para garantir a oportunidade para a concessionária obter uma remuneração apropriada para os seus investimentos, a cada revisão tarifária a Companhia proporá um plano regulatório vinculativo aderente à realidade da época e considerando a taxa de retorno de capital definida pelo órgão regulador. Em junho de 2025, há previsão de conclusão do processo público de revisão tarifária para o ciclo que vigorará até 2029, onde será detalhado e aprovado o plano de investimentos da Companhia, bem como demais compromissos assumidos para este novo ciclo quinzenal. Capitalização de custos de empréstimos: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram capitalizados R\$ 78.980 a uma taxa média de 10,47% a.a. (R\$ 82.441 e 12,70% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).									
13 Empréstimos, financiamentos e debêntures									
Política contábil: Os empréstimos são classificados como custo amortizado, com exceção daqueles designados como <i>hedge accounting</i> de valor justo ou em que a Companhia fez a opção irrevogável de registro pelo valor justo. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado do período como outros rendimentos ou gastos financeiros. São classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: • o montante da obrigação nos termos do contrato; e • o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.									

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Table with 4 columns: Description, Nomenclature, and values for 31/12/2024 and 31/12/2023. Includes Hedge risco de juros and various financial instruments.

Saldo registrado no balanço patrimonial

Varição registrada no resultado financeiro, líquido.

Opções por valor justo: A Companhia optou irrevogavelmente por designar os passivos abaixo para registro ao valor justo por meio do resultado, uma vez que contratou instrumentos derivativos para proteção das exposições cambiais ou de juros para tais, mantendo assim o objeto e instrumento na mesma base de mensuração:

Table detailing Risco de câmbio with columns for Nomenclature, Valor registrado, and Ajuste de valor justo for various USD and other currency exposures.

Table detailing Risco de juros with columns for Nomenclature, Valor registrado, and Ajuste de valor justo for various IPCA and CDI exposures.

Table detailing Risco de câmbio (continued) with columns for Nomenclature, Valor registrado, and Ajuste de valor justo for various CDI exposures.

15 Mensurações de valor justo reconhecidas

Política Contábil: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação...

Table showing Ativos e passivos mensurados ao valor justo with columns for Valor contábil and Nível 2 for 31/12/2024 and 31/12/2023.

Table showing Ativos e passivos mensurados ao valor justo with columns for Valor contábil and Nível 2 for 31/12/2024 and 31/12/2023.

Table showing Instrumento with columns for Risco, Provável, and Cenário (25%, 50%, -25%, -50%) for various instruments.

ii. Risco da taxa de juros: A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos financeiros derivativos...

Table showing Instrumento with columns for Risco, Provável, and Cenário (25%, 50%, -25%, -50%) for various instruments.

Table showing Instrumento with columns for Risco, Provável, and Cenário (25%, 50%, -25%, -50%) for various instruments.

b) Risco de crédito: As operações regulares da Companhia expõem a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros...

pela Administração. A fim de mitigar os riscos de crédito os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A" nacional.

Table showing AAA, AA, A, Not rated with values for 31/12/2024 and 31/12/2023.

c) Risco de liquidez: A abordagem da Companhia é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação.

17 Compromissos

Compromissos com contratos de fornecimento: Em 31 de dezembro de 2024, os compromissos da Companhia são substancialmente ligados ao fornecimento de gás, totalizando um compromisso financeiro no valor presente estimado em R\$ 38.156.427, com prazo até dezembro de 2034...

18 Fornecedores

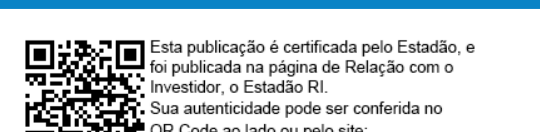
Table showing Política contábil with columns for Fornecedores de gás/transportes, Fornecedores de materiais e serviços, and Total for 31/12/2024 and 31/12/2023.

19 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil: A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Table showing Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social, and Ajustes para cálculo da taxa efetiva for 31/12/2024 and 31/12/2023.

a) Partir do 1º trimestre de 2021, a Companhia passou a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do benefício fiscal de redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo...





investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

→ * continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$19.855 (R\$59.805 em 31 de dezembro de 2023), registrado no ativo não circulante refere-se, aos créditos oriundos de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social do exercício de 2013 e 2014. Para o exercício de 2024, a Companhia optou pelo regime de tributação anual de impostos de renda e contribuição social, uma vez que o regime trimestral não se mostrou vantajoso. **b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:** Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos ativos de:		
Passivos financeiros setoriais	266.003	300.874
Provisão para demandas judiciais	23.940	15.475
Obrigações de benefício pós-emprego ⁽ⁱ⁾	128.046	150.336
Perda de créditos esperada	11.993	11.931
Transações com pagamento baseado em ações	-	2.951
Provisões de participações no resultado e bônus	25.431	21.655
Resultado não realizado com derivativos e valor justo dos empréstimos	-	31.176

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos

	Obrigações de benefício pós-emprego	Benefícios a empregados	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Outros	Varição cambial - Empréstimos e financiamentos	Total
i. Impostos diferidos ativos							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	152.373	25.063	-	319.754	33.919	-	531.109
Creditado/(cobrado) do resultado do exercício	6.192	(457)	31.176	8.526	60.081	-	105.518
Outros resultados abrangentes	(8.229)	-	-	-	-	-	(8.229)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	150.336	24.606	31.176	328.280	94.000	-	628.398
Creditado/(cobrado) do resultado do exercício	4.139	825	(31.176)	(26.344)	(63.702)	-	(116.258)
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	109.211	109.211
Outros resultados abrangentes	(26.429)	-	-	-	-	-	(26.429)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	128.046	25.431	-	301.936	30.298	109.211	594.922

	Varição cambial - Empréstimos e financiamentos	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Arrendamento	Juros capitalizados/Outros	Total
ii. Impostos diferidos passivos						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(36.861)	(175.421)	(90.209)	(2.869)	(62.512)	(367.872)
Creditado/(cobrado) do resultado do exercício	-	27.338	90.209	743	(26.762)	91.528
Diferenças cambiais	(33.842)	-	-	-	-	(33.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(70.703)	(148.083)	-	(2.126)	(89.274)	(310.186)
(Cobrado)/creditado do resultado do exercício	-	27.338	(183.753)	465	(38.872)	(194.822)
Diferenças cambiais	70.703	-	-	-	-	70.703
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(120.745)	(183.753)	(1.661)	(128.146)	(434.305)
Total de tributos diferidos						160.617

20 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil: As provisões para demandas judiciais são reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os depósitos judiciais são reconhecidos pelo valor pago e posteriormente corrigidos monetariamente.

	Provisão para demandas judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias ⁽ⁱ⁾	14.190	12.593	125.540	17.614
Cíveis, ambientais e regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	47.089	17.559	6.009	15.781
Trabalhistas	9.134	15.364	5.831	7.497
Total	70.413	45.516	137.380	40.892

⁽ⁱ⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$ 110.170 em ação para discussão quanto à dedutibilidade, da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, de juros de mora incidentes sobre débitos tributários.

⁽ⁱⁱ⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 destacam-se; a) o julgamento em 2ª instância de processo judicial inerente à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP) no montante de R\$ 10.476; b) bem como acordo celebrado com a Prefeitura Municipal de São Paulo para resolução de pendências administrativas/judiciais no montante de R\$ 4.200; c) e julgamentos em segundo grau de processos judiciais que envolvem a Municipalidade de São Paulo e a Fundação de Proteção e dois casos envolvendo a Defesa do Consumidor (PROCON-SP), no montante de R\$ 24.805, compensados pelas baixas por pagamentos/reversões no exercício. Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Cíveis, ambientais e regulatórias		Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.368	22.246	27.437	67.051
Provisionado no exercício	166	4.647	4.790	9.603
Baixas por reversão pagamento ⁽ⁱ⁾	(2.762)	(13.731)	(14.117)	(30.610)
Atualização monetária ⁽ⁱⁱ⁾	(2.179)	4.397	(2.746)	(528)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.593	17.559	15.364	45.516
Provisionado no exercício	1.573	34.802	5.653	42.028
Baixas por reversão pagamento ⁽ⁱ⁾	(873)	(13.767)	(9.876)	(24.516)
Atualização monetária ⁽ⁱⁱ⁾	897	8.495	(2.007)	7.385
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.190	47.089	9.134	70.413

⁽ⁱ⁾ Inclui juros por reversões e constituições de processos. ⁽ⁱⁱ⁾ Contempla pagamentos de acordos trabalhistas, cíveis e tributários.

Perdas possíveis: Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	3.547.267	3.259.134
Cíveis, ambientais e regulatórias	124.392	138.125
Trabalhistas	62.358	31.763
Total	3.734.017	3.429.022

a) Tributárias: As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão relacionadas a glosa de amortização de despesas de água por expectativa de rentabilidade futura decorrente de operações societárias. **b) Cíveis, ambientais e regulatórias:** Os processos cíveis da Companhia, versam, em geral, sobre rescisões ou revisões de contratos, direitos reais, cobranças de valores e indenizações, decorrentes das atividades da Companhia, incluindo demandas sobre matérias regulatória e ambiental. Os processos regulatórios versam, em geral, sobre processos administrativos sancionatórios instaurados por órgãos reguladores. **c) Trabalhistas:** Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros.

21 Obrigações de benefício pós-emprego

Política contábil: O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias premissas que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas, as quais são revisadas anualmente pela Administração. Os principais benefícios estão descritos a seguir. **Planos de contribuição definida:** A Companhia é patrocinadora de planos de previdência privada na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego pelo qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Planos de benefício definido: Plano médico:** A Companhia oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, terão direito ao benefício somente empregados que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia e, que em 31 de maio de 2000 tenham 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterrupto na Companhia. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício definidos representa o valor presente das

	31/12/2024	31/12/2023
Varição cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱ⁾	109.211	-
Outros	30.298	94.000
Tributos diferidos - Ativos	594.922	628.398
Créditos passivos de diferenças temporárias		
Revisão de vida útil de intangível	(120.745)	(148.083)
Varição cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱⁱ⁾	-	(70.703)
Arrendamento mercantil	(1.661)	(2.126)
Resultado não realizado com derivativos e valor justo dos empréstimos	(183.753)	-
Juros capitalizados	(110.966)	(86.294)
Outros	(17.180)	(2.980)
Tributos diferidos - Passivos	(434.305)	(310.186)
Total de tributos diferidos registrados	160.617	318.212

⁽ⁱ⁾ O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 8,9 anos.

⁽ⁱⁱ⁾ A Companhia, exercendo seu direito, opta pelo regime de caixa para a tributação de variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

	Obrigações de benefício pós-emprego	Benefícios a empregados	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Outros	Varição cambial - Empréstimos e financiamentos	Total
31/12/2024	152.373	25.063	-	319.754	33.919	-	531.109
Creditado/(cobrado) do resultado do exercício	6.192	(457)	31.176	8.526	60.081	-	105.518
Outros resultados abrangentes	(8.229)	-	-	-	-	-	(8.229)
31/12/2023	150.336	24.606	31.176	328.280	94.000	-	628.398
Creditado/(cobrado) do resultado do exercício	4.139	825	(31.176)	(26.344)	(63.702)	-	(116.258)
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	109.211	109.211
Outros resultados abrangentes	(26.429)	-	-	-	-	-	(26.429)
31/12/2024	128.046	25.431	-	301.936	30.298	109.211	594.922

	Varição cambial - Empréstimos e financiamentos	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Arrendamento	Juros capitalizados/Outros	Total
31/12/2024	(36.861)	(175.421)	(90.209)	(2.869)	(62.512)	(367.872)
Creditado/(cobrado) do resultado do exercício	-	27.338	90.209	743	(26.762)	91.528
Diferenças cambiais	(33.842)	-	-	-	-	(33.842)
31/12/2023	(70.703)	(148.083)	-	(2.126)	(89.274)	(310.186)
(Cobrado)/creditado do resultado do exercício	-	27.338	(183.753)	465	(38.872)	(194.822)
Diferenças cambiais	70.703	-	-	-	-	70.703
31/12/2024	-	(120.745)	(183.753)	(1.661)	(128.146)	(434.305)
Total de tributos diferidos						160.617

obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos no resultado. As contribuições realizadas pela Companhia para o plano de contribuição definida, registradas no resultado, totalizaram R\$ 43.342 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 45.203 em 31 de dezembro de 2023). A movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações de benefício definido inicial	442.164	448.157
Custo dos serviços	70	157
Juros sobre obrigação atuarial	43.272	45.141
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras ⁽ⁱ⁾	(81.661)	23.753
Perdas/(ganhos) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência ⁽ⁱⁱ⁾	3.930	(70.072)
Perdas atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	22.116
Benefícios pagos	(31.169)	(27.088)
Obrigações de benefício definido final	376.606	442.164
Contribuições do empregador	(31.169)	(27.088)
Benefícios pagos	31.169	27.088
Valor justo final dos ativos do plano Passivo líquido de benefício definido	376.606	442.164

⁽ⁱ⁾ Efeito reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Movimentação do saldo:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	448.157	157
Custo dos serviços	70	157
Juros sobre obrigação atuarial	45.141	45.141
Benefícios pagos	(27.088)	(27.088)
Ganho atuarial	(24.203)	(24.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	442.164	442.164
Custo dos serviços correntes	70	70
Juros sobre obrigação atuarial	43.272	43.272
Benefícios pagos	(31.169)	(31.169)
Ganho atuarial	(77.731)	(77.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	376.606	376.606

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2024	31/12/2023
Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes	448.157	157
Ganhos/(perdas) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	81.661	(23.753)
(Perdas)/ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(3.930)	70.072
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	-	(22.116)
Ganho atuariais líquidas	77.731	24.203

As premissas que afetam as demonstrações de resultados abrangentes são revisadas anualmente, sendo as principais destacadas abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto	12,14% a.a.	10,12% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Morbidade (<i>aging factor</i>)	3,00%	3,00%
Inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo) (suavizada em 10%)	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada

Rotatividade Idade para aposentadoria 100% aos 60 anos 100% aos 60 anos Em 31 de dezembro de 2024, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era de 8,9 anos (sendo de 10,9 anos para 31 de dezembro de 2023). **Análise de sensibilidade:** A taxa de desconto é uma das premissas atuariais relevantes e, portanto, a Companhia realizou a análise de sensibilidade para tal, conforme demonstrado abaixo o efeito que teria no passivo:

	Aumento	Redução
Taxa de desconto	0,50%	-0,50%
	(16.961)	18.485

22 Patrimônio líquido

Política contábil: Capital social: Ações ordinárias e preferenciais: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **Dividendos:** Os dividendos mínimos, fixados em 25% no estatuto social, são reconhecidos como passivo ao final de cada exercício. Qualquer valor superior a esse mínimo somente será reconhecido como passivo após a devida aprovação pelos acionistas em assembleia geral. Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e registrados como uma redução do patrimônio líquido, com o benefício fiscal correspondente sendo reconhecido na demonstração do resultado. O cálculo e pagamento dos dividendos ocorrem com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras vigentes. **Reserva legal:** Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. O capital subscrito de R\$ 536.315, é representado por 103.863 (em milhares) de ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.658 (em milhares) ações preferenciais de classe A. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de

R\$ 2.000.500. Não houve movimentação da quantidade de ações para os exercícios apresentados abaixo, e sua composição é a que segue:

	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2024 e 31/12/2023			
	Ordinárias	% Preferenciais	Total	%
Acionistas				
Compass Gás e Energia S.A.	103.699	99,84	27.682	96,59
Outros	164	0,16	976	3,41
Total	103.863			




investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

→★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas

evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Rafael Schmidt da Silva
Contador CRC 1 SP 258652/O-3



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>